



SOCIEDADE EDUCACIONAL VERDE NORTE S/C Ltda
FACULDADE VERDE NORTE - FAVENORTE
CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

LUCIMÁRIA BENFICA LIMA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL, UM DESAFIO NOS DIAS ATUAIS.**

Mato Verde-MG
Junho - 2019

LUCIMÁRIA BENFICA LIMA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL, UM DESAFIO NOS DIAS ATUAIS.**

Artigo científico apresentado ao curso de Graduação em Educação Especial da Faculdade Verde Norte, mantida pela Sociedade Educacional Verde Norte S/C Ltda, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura em Educação Especial.

Orientadora: Ms. Leonice Vieira de Jesus Paixão

**Mato Verde-MG
Junho-2019**

LUCIMÁRIA BENFICA LIMA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL, UM DESAFIO NOS DIAS ATUAIS.**

Artigo Científico apresentado ao curso de Graduação em Educação Especial da Faculdade Verde Norte, mantida pela Sociedade Educacional Verde Norte S/C Ltda, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura em Educação Especial.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Convidado

Convidado

Orientador: Ms. Leonice Vieira de Jesus Paixão
Faculdade Verde Norte– FAVENORTE

**Mato Verde-MG
Junho-2019**

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, UM DESAFIO NOS DIAS ATUAIS

LIMA. Lucimária Benfica,¹

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão a respeito do processo da Educação Inclusiva na Educação Infantil no ensino regular, apresentando pontos importantes relacionados à construção e o desenvolvimento desse processo. O objetivo principal deste trabalho foi o de compreender o sentido da inclusão no sentido de entender a mesma como um direito de todos, e que precisa ser respeitado. Além de traçar um delineamento do Ensino Fundamental frente à educação inclusiva em nosso País. Como objetivos específicos: elencar informações que indique quem são os beneficiados pela educação inclusiva; identificar as implicações de uma proposta de educação inclusiva mal estruturada; apresentar paradigma que resulta em uma proposta de educação inclusiva eficaz ao atendimento de aluno com necessidades educacionais especiais. Este trabalho se utilizou de um estudo bibliográfico de pesquisas desenvolvidas por: Mazotta (2001), Carvalho (2000), Mantoan (2008), dentre outros, que serviram de base para a fundamentação teórica. A expressão educação especial se faz presente, no contexto desse trabalho, com o objetivo de demarcar a importância da pesquisa vinculada à identificação de fatos supostamente a configuração da Educação Inclusiva no Brasil. Lançando mão da revisão bibliográfica; não se pretendeu desenvolver uma análise crítica sobre essa produção seguindo o modelo específico para a Educação Inclusiva. Na busca e seleção dos textos utilizados, optou-se por um critério que verificou a pertinência do texto ao tema da qualidade e deu preferência a trabalhos que trouxessem dados empíricos sobre a realidade pesquisada. Foram incluídos também textos que refletiam sobre a qualidade e sua avaliação numa perspectiva teórica, a partir de dados secundários, ou que apresentassem análise de políticas e/ ou legislação pertinentes ao tema escolhido. Para o desenvolvimento deste estudo, inicialmente foi feita pesquisa bibliográfica para descrever teorias que abordassem a educação inclusiva no sistema regular de ensino, de modo, que desse embasamento para a análise dessa reflexão. Os textos selecionados foram lidos e resumidos. Para que os focos de análise não se perdessem e também para padronizar os resumos, a partir de então, foi criado um roteiro para a leitura dos trabalhos. O aproveitamento das informações contidas nos textos foi realizado livremente, ao longo da revisão.

Palavras Chave: Inclusão, Educação infantil, desafios.

ABSTRACT

This article proposes a reflection about the process of Inclusive Education in Early Childhood Education in regular education, presenting important points related to the construction and development of this process. The main objective of this work was to understand the meaning of inclusion in the sense of understanding it as a right of all, and that needs to be respected. In addition to outlining and outlining primary education in relation to inclusive education in our country. As specific objectives: to list information that indicates who are benefited by inclusive education; identify the implications of a poorly structured inclusive education

¹ Aluna do curso de Graduação em Educação Especial pela Faculdade Verde Norte - FAVENORTE, mantida pela Sociedade Educacional Verde Norte S/C Ltda. E-mail:

proposal; present a paradigm that results in a proposal of effective inclusive education to the care of students with special educational needs. This work was based on a bibliographical study of research developed by Mazotta (2001), Carvalho (2000), Mantoan (2008), among others, which served as a basis for the theoretical foundation. The expression special education is present in the context of this work, with the purpose of demarcating the importance of research linked to the identification of facts supposedly the configuration of Inclusive Education in Brazil. Making use of the bibliographic review; it was not intended to develop a critical analysis of this production following the specific model for Inclusive Education. In the search and selection of the texts used, we chose a criterion that verified the pertinence of the text to the theme of quality and gave preference to papers that would bring empirical data about the researched reality. Also included were texts reflecting on quality and its evaluation from a theoretical perspective, based on secondary data, or presenting analysis of policies and / or legislation relevant to the chosen theme. For the development of this study, initially a bibliographical research was done to describe theories that approach the inclusive education in the regular system of education, so that this basis for the analysis of this reflection. The selected texts have been read and summarized. So that the focus of analysis was not lost and also to standardize the abstracts, from then on, a script was created to read the works. The information contained in the texts was used freely during the review.

Keywords: Inclusion, Child education, challenges.

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca proporcionar uma reflexão sobre a educação especial e inclusiva, numa concepção democrática, crítica, qualitativa, mediadora e acolhedora, rompendo os limites da atual prática conservadora, dando-lhe outro enfoque no contexto pedagógico, uma reflexão sobre a educação inclusiva na educação infantil, considerando a educação inclusiva como um modelo educacional referendado por políticas públicas, no entanto ainda distante da realidade escolar. A reflexão é no sentido de pensar nas mudanças necessárias desde a educação infantil, por ser esta a primeira etapa da educação básica e período crítico no processo de desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência. A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc., voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais.

O objetivo principal deste trabalho foi o de compreender o sentido da inclusão no sentido de entender a mesma como um direito de todos, e que precisa ser respeitado. Além de e traçar um delineamento do ensino fundamental frente à educação inclusiva em nosso País. como objetivos específicos: elencar informações que indique quem são os beneficiados pela educação inclusiva; identificar as implicações de uma proposta de educação inclusiva mal

estruturada; apresentar paradigma que resulta em uma proposta de educação inclusiva eficaz ao atendimento de aluno com necessidades educacionais especiais.

A metodologia se baseia em uma pesquisa bibliográfica, onde buscamos em autores conceituados que abordam a questão da inclusão compreender este processo. Este estudo está organizado em três seções, inicia-se na primeira seção a introdução, no desenvolvimento abordamos o estudo sobre o processo de inclusão escolar como também o projeto de educação inclusiva, e por fim traçamos as considerações finais procurado compreender a proposta da educação inclusiva, como a mesma auxilia no desenvolvimento do sujeito, com relação as possibilidades de acesso à escolarização a todos sem distinção garantindo a eles as mesmas oportunidades e possibilidades de se desenvolverem plenamente.

2 - DESENVOLVIMENTO

2.1 - Educação Especial

Para compreender melhor a história da educação especial, buscamos na história alguns momentos que foram significativos para a sua construção, utilizando como base de estudo o livro ‘Educação Especial no Brasil Histórias e políticas públicas do autor Marcos J.S Mazzotta’.

No século XVIII o misticismo e o ocultismo era muito presente não existia a ciência para explicar os fatos considerados anormais, as explicações ficavam a cargo dos mitos dos deuses que estavam presente na cultura de cada povo, as noções realísticas não existia. Mazzotta (2011, p. 16) destaca que

a própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus, os portadores de deficiência (ou imperfeitos) eram postos na margem da condição humana”.

Ao vemos tal relato podemos perceber que a exclusão das pessoas com deficiência é algo histórico, aconteceu séculos atrás, mas, que infelizmente ainda nos tempos de hoje, ainda nos deparamos com esses pensamentos. A sociedade considerava os deficientes como incapazes pessoas que eram inválidas, sendo algo que não poderia ser mudado, por isso, não davam aos deficientes o devido valor e não disponibilizavam os serviços adequados para atender a suas necessidades, Mazzotta (2011) relata que foi através de ações de líderes, homens e mulheres, leigos e profissionais que se identificava pela causa das pessoas com

necessidades especiais, que se empenharam e buscaram fazer com que a sociedade enxergasse a pessoa com deficiência com outros olhos. A educação especial não era bem aceita pelas pessoas principalmente educadores e legisladores, eles não viam a necessidade de inserir os alunos especiais na escola. Segundo Mazzotta (2011) as pessoas que dispunha de tratar as crianças, jovens deficientes físicos e mentais eram considerados como “abnegados”.

Os primeiros movimentos que tinham o intuito de atender o aluno deficiente, se inicia na Europa. Estes movimentos logo começaram a se espalhar para outros países, Estados Unidos, Canadá até chegar ao Brasil. No ano de 1620 segundo Mazzotta (2011) foi escrito a primeira obra sobre a educação de deficientes com o nome ‘Redação das letras e a arte de ensinar os mudos a falar do autor, Jean- Paul Bonet’, como podemos observar a visão de que a deficiência poderia era uma doença e que poderia ser curada, era algo presente.

A primeira instituição especializada para a educação de surdos-mudos foi fundada pelo abade Charles M. Eppée em 1770, Eppée que inventou o método de sinais conhecido hoje como a língua de sinais. No mesmo período, os cegos também foram contemplados com a criação do Instituto Nacional dos Cegos em Paris pelo Valentin Haüy em 1784, que em seu método de ensino utilizava as letras em alto relevo para que os cegos pudessem compreender melhor o alfabeto. No ano de 1819, o Instituto Nacional dos Cegos em Paris recebe o oficial do exército Charles Barbier, que vem apresentar para eles um método que ele utilizava no campo de batalha a noite onde não tinha luz, sendo um processo de escrita codificado que era expresso por pontos salientes que mostrava os trinta e seis sons da língua francesa. Mazzotta (2011, p. 20) assevera que

Em 1829, um jovem cego francês, Louis Braille (1809- 1852), estudante daquele instituto, fez uma adaptação do código militar de comunicação noturna (écriture nocturne), criada por Barbier, para as necessidades dos cegos. De início, tal adaptação foi denominada de sonografia é útil para as pessoas cegas. Baseado em seis pontos salientes na célula braile, este “código” possibilita sessenta e três combinações.

Já o atendimento aos deficientes físicos teve início no 1832, em Munique Alemanha, onde as pessoas que eram coxos, manetas, os paráliticos, eram ajudadas para que pudessem ter uma melhor condição de vida, tais nomes eram utilizados para referir aos deficientes físicos. Em meados do século XIX o atendimento educacional dos ‘débeis’, assim chamados aqueles que possuíam algum tipo de deficiência mental, foi abordado pelo médico Jean Marc Itard (1774-1838) que conseguiu segundo ele a educabilidade de uma pessoa que era considerava como selvagem. Sobre o trabalho de Itard, Mazzotta (2011, p. 21) destaca que

Itard trabalhou, durante cinco anos com Vítor, uma criança de doze anos, menino selvagem capturado nas florestas de Aveyron, no sul da França, por volta de 1800. Em 1801, publicou em Paris o livro onde registrou suas tentativas e que é tido como o primeiro manual de educação de retardados.

No relato de Itard percebemos que é utilizado o termo retardado, este nome era utilizado na época para definir as pessoas com deficiência mental. Foi descoberto que Vítor não era uma criança selvagem que vivia na floresta, mas sim foi abandonado pelos pais por ser deficiente mental, o médico Itard utilizou com Vítor um programa sistemático denominado de experiências de aprendizagem e de motivação de recompensas, o médico conseguiu que Vítor lesse algumas palavras e controlasse seu comportamento agressivo. Com esse resultado houve a abertura para a educação de pessoas com deficiência mental que antes era considerado como impossível.

Outro nome de grande relevância para a educação de deficientes mentais foi a médica italiana Maria Montessori, que contribui significativamente para o crescimento da educação especial, com uma metodologia diferenciada mostrou que é possível educar as pessoas com essa deficiência. Montessori, desenvolveu um programa de treinamento em Roma para crianças internadas, seu programa era considerado a ‘autoeducação’, através de materiais didáticos como encaixes, objetos coloridos, letras em relevo. Montessori apresenta em sua metodologia as regras que ela considerava importante para as crianças deficientes mentais e para as ditas como normais, veremos com mais detalhes suas regras no tópico “As metodologias que podem ser utilizadas”.

No Brasil o atendimento escolar especial teve início no período regencial, com D. Pedro II, quando este criou o instituto para cegos em 1854, com o nome Imperial Instituto dos Meninos Cegos, a atitude de D. Pedro II foi influenciada pelo cego brasileiro José Álvares de Azevedo, sendo ele estudante de grande destaque no Instituto dos Jovens Cegos em Paris. Em 1857, D. Pedro II, pela Lei nº 839 inaugura o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que tinha como intuito a educação literária e o ensino profissionalizante de meninos “surdos- mudos” com idade de 7 e 14 anos. Sobre a criação dos institutos, Mazzota (2011, p. 30) enfatiza que:

em ambos os Institutos, algum tempo depois da inauguração, foram instalados oficinas para aprendizagem de ofícios. Ofícios de tipografia e encadernação para meninos cegos e tricô para meninas; oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para meninos surdos.

Maria Tereza Egler Montoan em estudos realizados pelo LEPED² de Campinas, afirma que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos:

- de 1854 a 1956 - marcado por iniciativas de caráter privado, enfatizou-se o atendimento clínico especializado, mas incluindo a educação escolar e nesse tempo foram fundadas as instituições mais tradicionais de assistência às pessoas com deficiências mental, físicas e sensoriais que seguiram o exemplo e o pioneirismo do Instituto dos Meninos Cegos, fundado na cidade do Rio de Janeiro, em fins de 1854.
- de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; a educação especial foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das "Campanhas", que eram destinadas especificamente para atender a cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, seguida da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que até agora existe, no Rio de Janeiro/RJ. Outras Campanhas similares foram criadas posteriormente, para atender à outras deficiências.
- de 1993.... – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

Portanto a partir do ano de 1957, o Brasil começa a buscar com mais força o atendimento educacional dos deficientes, com a elaboração de leis e campanhas que buscam melhorar este atendimento. A Campanha para a Educação de Surdos Brasileiros (CESB) que foi instituída pelo o Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957 estabeleceu os objetivos de:

- Art. 3º a) auxiliar a organização de congressos, conferências e seminários, festivais e exposições referentes aos deficientes da audição e da fala;
- b) auxiliar a construção, reconstrução e conservação de estabelecimentos de ensino;
- c) financiar bolsas de estudos, inclusive transporte de bolsistas, no país e no estrangeiro para fins de aperfeiçoar e formar pessoal especializado na pedagogia emendativa;
- d) manter um serviço de intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras ligadas ao problema dos deficientes da audição e da fala;
- e) cooperar com os órgãos federais, estaduais, municipais e particulares de caráter cultural relacionados com a educação dos deficientes da audição e da fala;
- f) custear o pagamento de professores e de pessoal técnico, em caráter permanente ou temporário, nas unidades de Federação, com igual objetivo.
- (BRAZIL 1957)

No decorrer dos anos subsequentes foram criadas várias campanhas para o atendimento aos cegos intitulada de Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão (CNEC), instituída pelo Decreto Federal nº 44.236 de 1º de agosto, que em seu art. 2º coloca o intuito da realização da campanha, “a Campanha promoverá no seu

² Laboratório de Estudo e Pesquisa em Ensino e Diversidade

mais amplo sentido a educação e a reabilitação dos deficitários da visão, de ambos os sexos, em idade pré-escolar, escolar e adulta, em todo o território nacional” (Brasil 1958).

Em 1960 foi instituída pelo Decreto nº 48. 961, do dia 22 de dezembro, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão (CNEC) e a campanha para os deficientes mentais intitulada como Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), depois da campanha CADEME, foi criado o Fundo Especial para ajudar no ensino dos deficientes.

No ano de 1961 a LDBN nº 4.024/61 aborda a educação dos excepcionais em seu artigo 88 e 89 estabelece que a educação dos excepcionais deverá:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, 1961)

E em 1971 é retratado na LDBN nº 5.692/71 no Art. 9º que

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

De acordo com Mantoan em 1972, o então Conselho Federal de Educação em Parecer de 10/08/72 entendeu a "educação de excepcionais" como uma linha de escolarização, ou seja, como, educação escolar. Logo em seguida, Portarias ministeriais, envolvendo assuntos de assistência e de previdência social, quando definiram a clientela da educação especial, posicionaram-se segundo uma concepção diferente do Parecer, evidenciando uma visão terapêutica de prestação de serviços às pessoas com deficiência e elegeram os aspectos corretivos e preventivos dessas ações, não havendo nenhuma intenção de se promover a educação escolar.

Ainda em 1972 ocorreu uma mudança no Brasil em relação às campanhas para o atendimento aos excepcionais. Com a vinda de um especialista em educação especial o norte-americano James Gallagher, que fez um relatório e planejamento de tarefas, para um grupo da Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, sendo que este relatório influenciou ao governo do Brasil estabelecer a criação pelo decreto nº 72.425, do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici no ano de 1973, que buscava a expansão do atendimento dos excepcionais em todo o território nacional e com a criação CENESP acabou sendo extintas as campanhas.

Em 1986 a CENESP foi transformada na Secretaria de Educação Especial (SESPE), e no ano de 1990 o Ministério da Educação extingue a SESPE e a educação especial passa a ser de responsabilidade da Secretaria Nacional de Educação Básica, sendo destinado um departamento de educação para o atendimento dos excepcionais, intitulado Departamento de Educação Supletiva e Especial (DESE).

No ano de 1990, o mundo começa a discutir a inclusão, palavra esta, que segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda, significa a adição de algo no interior, neste sentido a inclusão, toma um significado muito mais amplo do que foi apresentado, a inclusão passa a abarcar várias pessoas, várias realidades que antes não eram enxergadas.

Portanto, o processo de inclusão aconteceu a partir de três declarações a Declaração Universal de Direitos Humanos promulgada em 1948, onde era apontado a garantia do direito à liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana, sendo esta declaração base para a criação da Declaração Mundial de Educação para todos, que ocorreu em Jomtien na Tailândia em 1990 na Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Sendo que Brasil presente na Conferência em Jomtien, assumiu juntamente com vários países a responsabilidade de erradicar o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental no país.

A marca da inclusão se estabelece no mundo e ganha grande força através da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais realizada na cidade de Salamanca na Espanha, a conferência estabeleceu rumos para a educação especial onde foi definido que os alunos com necessidades educacionais especiais fossem incluído na rede regular de ensino, juntamente com os demais alunos ditos como normais, sem dúvida a Declaração de Salamanca contribui para a implantação das políticas públicas para a educação especial em todo o mundo.

No Brasil, com o fim do governo de Fernando Collor de Mello em 1992 a Secretária de Educação Especial, retorna e juntamente com ela surge a Coordenadoria Nacional para Interação da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) que teve como objetivo a melhoria do atendimento dos portadores de deficiência.

Contemplando o que ficou estabelecido na Declaração de Salamanca e na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) de 1996, nº9394, em seu capítulo V estabelece que a Educação Especial é uma modalidade de ensino e deve ser oferecida preferencialmente na rede regular, sendo estabelecido como aconteceria este atendimento:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ens, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

No decorrer dos anos outras legislações foram sendo implantadas para a garantia do atendimento nas especificidades de cada deficiência. No ano de 2013 a Lei nº 12.796, foi de suma importância para assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação a garantia de um atendimento educacional de qualidade proporcionando a especialização adequada para os profissionais que trabalham com estes educandos. Complementando esta legislação, a Lei nº 13.234 de 2015 estabelece a ao poder público, instituir o cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado (BRASIL, 2015).

É importante ressaltar a importância da inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais no ambiente regular de ensino onde é possível o desenvolvimento integral oferecendo a eles a oportunidade de se sentir acolhidos e membros da sociedade.

2.2 Desafios na inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil

A Educação Infantil é uma etapa do ensino que tem conquistado seu espaço no decorrer dos anos, integrando o ensino básico a partir da Constituição de 1988, até ganhar destaque através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº. 9.394/1994). Porém, ainda enfrenta vários desafios, principalmente relacionados ao ingresso de crianças especiais nas turmas regulares.

Por se tratar de uma etapa importante para o desenvolvimento cognitivo da criança, é na educação infantil que são identificados algumas necessidades que poderão comprometer o processo de aprendizagem da criança, sendo ela dita “normal” ou que apresente alguma necessidade especial, como nos diz Vygotsky (1998, p. 115). A aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem.

Nesta perspectiva, a obrigatoriedade de matrícula das crianças de 4 a 5 anos na educação infantil com a alteração feita na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, as escolas públicas de Educação Infantil têm recebido grande demanda de alunos, entre eles os que apresentam alguma necessidade especial, e que muitas vezes não encontram na escola um local inclusivo que garanta uma educação de qualidade respeitando as diferenças. Mas porque isso acontece?

São vários fatores que dificultam esse processo de inclusão: escolas sem estrutura física que contemple a acessibilidade, a falta de professores com formação adequada, a dificuldade em obter um diagnóstico, o déficit na formação de professores, são alguns desses desafios cotidianos enfrentados pelas instituições públicas, Hines (2008).

Sabemos que alguns destes desafios dependem da aplicação de políticas públicas, como é o caso da acessibilidade. Por outro lado, devemos considerar que a gestão da escola tem um papel importante para que essa inclusão aconteça, pois segundo Hines (2008) a atuação da direção é fundamental para o sucesso na transformação de uma escola na perspectiva inclusiva. É através das ações do diretor que serão articuladas estratégias para facilitar o trabalho de profissionais da educação, pensando na questão da formação, tão contestada por educadores, que se tornou um verdadeiro impasse neste processo de inclusão, como também na articulação com pais e toda comunidade escolar para conscientizar sobre a questão da inclusão.

2.3 - Incluir para além das diferenças

Há estimativas de que existam no Brasil cerca de seis milhões de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, para um contingente oficial de matrículas em torno de 500 mil alunos (Brasil, 2003), considerando o conjunto de matrículas em todos os tipos de recursos disponíveis (desde escolas especiais até escolas e classes comuns). Portanto, a grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais encontra-se hoje fora de qualquer tipo de escola, o que configura muito mais uma exclusão generalizada da escola, a despeito da anterior retórica da integração e/ ou da recente proposta de inclusão escolar.

Segundo Flat & Oliveira (2003), a individualização do processo ensino-aprendizagem é a base em que se constitui um currículo inclusivo. E isso implica em se reconhecer as características e dificuldades individuais de cada aluno, para, então, se determinar se, e que tipo de adaptação curricular é necessária para que ele aprenda. Para

Ainscow, et al (2004), a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar deve ter como base três elementos centrais:

- a) a presença, o que significa estar na escola, superando o isolamento do ambiente privado excludente e inserindo o aluno num espaço público de socialização e aprendizagem;
- b) a participação, que depende, no entanto, do oferecimento das condições necessárias para que o aluno realmente possa interagir e participar das atividades escolares;
- c) a construção de conhecimentos, função primordial da escola, sem há qual pouco adianta os outros dois itens anteriores.

Portanto a inclusão escolar só acontece, de fato, se o aluno estiver inserido na escola, porém participando, aprendendo e desenvolvendo-se com base na interação e nos conhecimentos ali construídos, o que vai muito além da concepção de inclusão que defende apenas as vantagens da socialização deste aluno no espaço escolar.

2.4 - A importância do atendimento educacional especializado na construção da escola inclusiva

Por muito tempo a Educação Especial assumiu o papel da escola regular. Entendia-se que alunos especiais necessitavam de condições escolares especiais o que incluía currículos, ensinos, número menor de alunos por turmas, professores especializados e outras condições particulares de organização pedagógica do processo educacional.

Assim sendo a escola especial ou as classes sempre enfrentaram o impossível: substituir adequadamente o compromisso da escola comum. (ABRANCHES E MANTOAN, 20007. P. 21)

Com o movimento de integração escolar criou-se a falsa ideia de término de segregação, nesse modelo embora com caráter transitório acreditava-se que as passagens dos alunos por esses cursos preparariam os mesmos para serem aceitos no ensino regular no mesmo nível de aprendizagem da turma, como se o aluno com deficiência ao passar por uma escola ou classe deixaria de ser deficiente.

Com isso, a escola regular ia criando uma exclusão em grande escala deixando de cumprir o seu papel, pois compreendia que o aluno não era sua responsabilidade e sim da Educação Especial.

Diante dos novos paradigmas da educação, o desafio das escolas comum e especial é de tornar claro o papel de cada uma, pois, uma educação para todos não nega

nenhuma delas. A partir de 1996, a LDBEN classificou a Educação Especial como modalidade de ensino.

Com isso a Educação Especial perdeu a função de substituição dos níveis de ensino. No entanto essa mesma lei, ao decidir um de seus capítulos à educação Especial, possibilita interpretações enganosas que a mantém como um subsistema paralelo do ensino escolar.

Para Mantoan (2008, p. 20)

Diante dessa dupla ou variadas interpretações manteve dentro das escolas regulares classes, com o movimento de integração, manteve as práticas adaptativas, com isso limitaram-se unicamente a treinar seus alunos, visando a inserção familiar e social, muitas vezes, o treino se resumia à atividades da vida diária estereotipadas repetitivas e descontextualizadas.

Por muito tempo a Educação Especial tem desempenhado o papel de adaptar os alunos com deficiência às exigências da escola tradicional. Assim, durante anos e mesmo até hoje existem aqueles que acreditam que a inclusão só é possível em alguns casos.

No entanto o papel da Educação Especial/ou Atendimento Educacional Especializado, tendo sido revisto e organizado, com o objetivo de propiciar condições e liberdade pra que o aluno com deficiência possa construir a sua inteligência. “ Com o objetivo de funcionar como complemento da escola comum essa modalidade tem de estar desvinculada da necessidade típica de produção acadêmica, ou seja, ele não persegue a promoção escolar, mesmo porque esse aluno já está incluído” (FAVEIRO,2007, p. 28).

No Atendimento Educacional Especializado o aluno constrói conhecimentos para si mesmo, com isso facilitaria seu desenvolvimento acadêmico. Com isso, observa-se a necessidade de constante da escola comum e Atendimento Educacional Especializado acontecerem concomitantemente, pois um beneficia o desenvolvimento do outro e jamais esse benefício deverá caminhar linear e sequencialmente como muitos acreditavam antes.

Por maior que seja a limitação do aluno, ir à escola regular para aprender conteúdos acadêmicos, e participar de um grupo social mais diversificado favorece seu desenvolvimento em todas as áreas. (MANTOAN 2008, p. 20).

O Atendimento Educacional Especializado é muito importante na construção da escola inclusiva, pois é ele que dá subsídios de atendimento nas várias deficiências como: conhecimentos e línguas LIBRAS, para os surdos, Sistema BRAILLE para os cegos, suporte para alunos com deficiência mental, física como também conhecimento nas tecnologias assistivas e comunicação aumentativas e alternativas.

É muito comum encontrarmos um grande número de alunos com necessidades educacionais especiais em, em especial os paralisados cerebrais, que são falantes não funcionais ou não falantes e isso justifica a necessidade de aprofundarmos o conhecimento sobre as tecnologias alternativas e comunicação alternativas e aumentativas, vislumbrando sua implementação no Atendimento Educacional Especializado. (MANTOAN 2008, p. 20).

De acordo com BERSCH (2008 p. 57) diante dessa afirmação, os professores especializados são responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado, tendo por função a provisão de recursos para o acesso do aluno ao conhecimento e ambiente escolar.

Esses professores, apoiados pelos diretores escolares, estabelecem parcerias, com outras áreas do conhecimento, tais como: arquitetura, engenharia, terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudióloga e claro, investimentos por parte do governo em políticas de inclusão que beneficie todas as escolas com salas de recursos bem equipada para o devido atendimento a esses educandos, compreendemos que estamos começando a construir uma escola inclusiva. (BERSCH, 2008 p. 57)

Portanto, o desafio de construir uma escola inclusiva é de responsabilidade de todos, governos, escola, família e comunidade como um todo, quando cruzamos nossos braços com a desculpa de “não sei” estamos negligenciando nosso compromisso com a educação direito de todos, como nos garante a nossa carta magna no seu (artigo 205).

Quando a escola consegue cumprir esse artigo, ela está construindo uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos são colocados como capazes e com isso, construtores de uma sociedade humaniza, que respeita as diferenças e faz delas geradoras de aprendizagem. (BERSCH, 2008 p. 57)

Com isso, compreendo que construir uma escola inclusiva requer o esforço de todos. Ao considerar a diversidade a escola tem respeito às diferenças o que contribui para o cumprimento da ação educativa, podendo ser fator de enriquecimento para todos os alunos, professores, pais e sociedade em geral, pois, estará contribuindo na formação de pessoas que irá participar de uma vida social ajudando e não sendo um fardo sendo este o papel da escola com todos seus alunos passar de um ensino transitivo para uma pedagogia ativa com essa visão o professor deixará de ser um mero transmissor de ensino, mas participará de forma ativa na construção do saber. (MANTOAN 2008, p. 20).

2.5 - Educação especial, um futuro de grandes avanços

Segundo a autora Kátia Silva Santos; os novos 'referenciais' cognitivos e normativos da educação inclusiva assumem espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. Destaca que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento (MANTOAN 2008, p. 20).

Seguindo as orientações da autora, entende-se que a participação e contribuição dos profissionais da educação para a elaboração deste sejam indispensáveis para que neste documento constem todas as ações da escola, inclusive as ações de inclusão. (BERSCH, 2008 p. 57)

A visão de direitos humanos avança em relação à ideia de equidade formal expressa no princípio de igualdade de oportunidades, educacional especializado substitutivo ao ensino comum e levaram a criação de escolas e instituições especializadas e classes especiais. (MANTOAN 2008, p. 20).

Percebe-se que a abordagem cognitiva das políticas é uma verdadeira corrente diante dos esforços por querer o desejo de aprender as políticas com como a principal das matrizes cognitivas.

É notório que o propósito atual da educação especial é buscar alternativas que preceitua a constituição, e aprofundar a compreensão do direito à educação que diante das políticas públicas vem sendo construindo a perspectiva inclusiva da educação especial, a importância da inclusão está relacionada com o respeito à diferença, e diz ainda que somos diferentes uns dos outros, e finalizando a resposta fundamental o ponto que nos torna iguais, pois a constituição estabelece a igualdade e condições de atendimento especializado, pois se rege que nenhuma criança ou adolescente jamais será um objeto de quaisquer formas de discriminação ou negligência ou coisa desse tipo, significando um grande avanço para o futuro. (FAVEIRO, 2007, p. 28).

É muito importante explicitar que a declaração do direito a educação, reserva a escola pública como um espaço para todos os métodos, recursos e organizações para atender as suas necessidades específicas. (BERSCH, 2008 p. 57)

As diretrizes da educação especial definem os alunos, sendo aqueles com suas necessidades educacionais especiais, demonstrando adaptações de acesso ao currículo e aprendizagem e condições de aprimorar esses conteúdo.

A Educação Especial é uma educação organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Algumas escolas dedicam-

se apenas a um tipo de necessidade, enquanto que outras se dedicam a vários. (FAVEIRO,2007, p. 28).

O ensino especial tem sido alvo de críticas, por não promover o convívio entre as crianças especiais e as demais crianças. Por outro lado, a escola direcionada para a educação especial conta com materiais, equipamentos e professores especializados. O sistema regular de ensino precisa ser adaptado e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva.

De acordo com o a política de educação especial e a perspectiva inclusivos novos referenciais cognitivos e normativos, segundo a autora; que a lei ainda destaca que o grande avanço que a educação deveria produzir seria o da construção de uma escola que garantisse o atendimento a diversidade humana. (FAVEIRO,2007, p. 28).

Retrata também, diante das propostas do texto, que não basta apenas nós trabalharmos com os conteúdos cognitivos no processo de formação dos educadores. Acerca dos princípios da educação inclusiva, o direito a diversidade, diante da proposta do MEC, defende a transformação do ensino inclusivo, a educação especial é bastante abrangente e ampla, engloba uma imensa diversidade de necessidades educativas especiais uma equipe multidisciplinar, composta pelos mais diversos profissionais especializando professores e gestores para um bom atendimento educacional especializado. (MANTOAN 2008, p. 20).

O que também se refere ao respeito à afetividade da transversalidade da educação especial no ensino, à ampliação das salas com recursos multifuncionais, e de acordo a acessibilidade. (FAVEIRO,2007, p. 28).

O documento da política nacional de educação especial na perspectiva da educação é absolutamente um grande marco de grande referência, e de uma valiosa trajetória histórica. Baseada na política nacional da educação especial reforça o entendimento da educação como modalidade ensino especializado um avanço na efetivação da transversalidade de acordo a educação especial. (BERSCH, 2008 p. 57)

Considerando que seja uma forma de ensino destinada a pessoas que possuem algum tipo de deficiência mental, que acaba por fazer com que precisem de uma forma especial mais elaborada de forma coletiva de ensino para poderem aprender melhor. De acordo o que foi elaborado, todos possam caminhar sempre juntos com o educando. Que realmente todos possam se preocupar com o processo ensino-aprendizagem. (FAVEIRO,2007, p. 28).

Tradicionalmente a Educação Especial tende - se a configurar como um sistema paralelo e segregado de ensino, para atender pessoas com distúrbios graves de aprendizagem.

Hoje, porém com os avanços das ciências e das tecnologias os profissionais da EE têm se voltado para a busca de educação alternativa menos segregativas. (MANTOAN 2008, p. 20).

Observando o princípio básico que independentemente das condições sócios econômicos, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas comuns sem nenhuma discriminação. A escola se adequar para receber estes alunos. É a ressignificação da educação especial, início de uma nova era com as transformações quase radicais da inclusão.

Dentro de tal conceituação, inclui-se em Educação Especial desde o ensino de pessoas com deficiências sensoriais, passando pelo ensino de jovens e adultos, até mesmo ensino de competências profissionais. Realmente muita gente precisa de educação especial, além de escolas especiais para deficientes visuais, auditivos, portadores de síndrome de down, também deveria haver escolas que intensificassem as lições de cidadania, boas maneiras, criando uma espécie de ponte para que esses alunos com deficiência possam estudar e explorar horizontes de ensino na experiência de aprendizado. (MANTOAN 2008, p. 20).

O tipo de formação que a inclusão implica remete a firmar parcerias entre a comunidade escolar, para que se possa cultivar ativa uma frente reflexiva e investigativa às inúmeras solicitações de alternativas que essa modalidade de trabalho exige. A inclusão escolar provoca, na escola, a revelação de questões de estrutura e de funcionamento, as quais subvertem seus paradigmas e sugerem o compromisso em se redimensionar o papel escolar.

Bergo (2002) admite que a formação continuada pode ser uma alternativa ao (re) posicionamento do olhar do professor inclusivo e das suas práticas cotidianas: a educação continuada apresenta-se como alternativa para a (re) construção cotidiana do ser humano, em todas as suas dimensões, no contexto de uma sociedade cada dia mais complexa, caracterizada pela globalização e pelas mudanças aceleradas, tornando-se essencial para possibilitar a ampliação da consciência, a melhoria da qualidade de vida e assegurar às condições às pessoas e ao próprio país [...] (p. 34).

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar que a Educação inclusiva, como prática em construção, está em fase de implementação. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e as alternativas realizadas pelos educadores são fundamentais. As experiências, agora, centralizam os esforços para além da convivência, para as possibilidades de participação e de aprendizagem efetiva de todos os alunos.

Ao considerar que a necessidade de sensibilizar, conscientizar e viabilizar de forma fundamentada precisaram ter clara qual a função da escola, e sua prática pedagógica, que profissionais temos e queremos quais as adaptações curriculares, físicas e sociais de que necessitamos para atender com qualidade, portanto, sabemos que o princípio da reflexão e da ação dos agentes envolvidos neste processo garante a transformação da realidade social.

Neste sentido, a inclusão deve favorecer aprendizagem e desenvolvimento do educando sendo assim faz necessário uma prática pedagógica que corresponda essa demanda, que saiba conviver com a diferença, diferenciando de forma concreta seus objetivos, a fim de garantir uma formação para todos, respeitando seus limites.

O conceito de necessidades educativas especiais desloca o foco centrado na deficiência para um olhar dirigido às diversidades do pensar e do agir, concebendo o novo sujeito que emerge dessa visão como sendo aquele que possui necessidades, necessidades específicas e especiais, em função de sua identidade, de sua maneira própria de atuar e experimentar o mundo. Este estudo procurou oferecer uma reflexão a partir das pesquisas bibliográficas de diferentes autores, sobre a educação inclusiva e as percepções dos professores diante desse processo que é a inclusão. Não podemos esquecer que quando estamos falando de inclusão, devemos inserir todos os alunos, sejam eles portadores de necessidades especiais ou não.

Consideramos então que a inclusão escolar depende de vários fatores envolvidos no processo da educação, mas não podemos esquecer que os professores são parte importante desse movimento, atuando com responsabilidade, amor ao próximo, competência e comprometimento por uma escola democrática, onde visa à formação do aluno, uma escola que pesquisa e aprenda a refletir criticamente, compreendendo os alunos e suas limitações.

4- REFERÊNCIAS

ARANTES, V. A. (org). **Inclusão escolar**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2006

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira, 1988**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial, 1994.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN** (Lei nº 9394/96), de 20/12/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Desafios atuais na formação do professor em Educação Especial**. In: Revista Integração. Vol. 24, ano 14; Brasília: MEC / SEESP, pág. 12-17. 2002.

BRAUN, P., PLETSCHE, M. D & SODRÉ, J. **A formação inicial e continuada de recursos humanos para a prática docente frente à educação inclusiva**. In: NUNES SOBRINHO, F

de P. (ORG.). **Inclusão educacional – pesquisa e interfaces**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, p. 62- 78, 2003.

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas**. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 3. N.5, 7-25, 1999.

CARVALHO, R. E. **Diversidade como paradigma de ação pedagógica na Educação**. In: Revista da Educação Especial. MEC/SEESP. Out. 2005.

CARVALHO, E. N. S. de. **Deficiência Múltipla**. Vol. 1. Fascículo I, II, III. Brasília: MEC, 2000.

MENDES, E. G. **Perspectivas atuais da educação inclusiva no Brasil**. In: Anais do III Encontro de Educação Especial da UEM. Maringá: Editora UEM, p.15-37. 2001.

MAQUERZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A; & TANAKA, D. O. (Orgs.). **Educação Especial: políticas e concepções sobre deficiência**. Londrina: EDUEL, p. 25-41, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. Três ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINETTO, de F. M. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. Curitiba: Ibpx, 2008.

MRECH, L. M. **Educação inclusiva: Realidade ou utopia?** Seminário do LIDE-USP, 1999.

NUNES, L. R. O.; FERREIRA, J. R.; GLAT, R. e MENDES, E. G. **Questões atuais em Educação Especial: A pesquisa em Educação Especial na Pós Graduação**. Rio de Janeiro: Sete Letras. Vol. 3, 1998.

OLIVEIRA, Anna A. S. de; LEITE, Lucia P. **Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico; Ensaio: avaliação das políticas públicas Educacionais**. v.15 n.57 Rio de Janeiro out./dez. 2007

PLETSCH, M. D. **O ensino itinerante como suporte para educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, M. P. dos et al. **Educação Especial: redefinir ou continuar excluindo?** In: Revista Integração. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, p.30-32, 2002.

SILVA, M. **Crianças Especiais - A Crianças especial a Escola** - 2002.

SOUZA, M. **Do Sentido Pelos Sentidos Para o Sentido**. Ed. Vetor - São Paulo - 2002 (63-64).

TEDESCO, J.C. **A sala de aula inclusiva**. São Paulo. No prelo 2012.
UNESCO. **Desenvolvendo políticas e práticas sustentáveis de educação inclusiva no Município do Rio de Janeiro**. Relatório de pesquisa, UNESCO, 2002a.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.